



Do Castelo ao Januário: o Observatório Nacional muda de morro

SABINA FERREIRA A. LUZ*

1. *Na cidade havia um Castelo e no Castelo havia um Observatório.*

Certamente o Rio de Janeiro do início do século XX era uma cidade em mutação. Sua paisagem se transformava para abrir espaço para um novo modelo urbano baseado nos exemplos de algumas capitais européias (sendo Paris o modelo, *par excellence*). Os engenheiros projetavam grandes avenidas, os arquitetos debruçavam-se sobre inúmeros modelos de fachadas e muitos médicos higienistas insistiam sobre a importância de arejar a cidade para evitar a propagação de epidemias. Os discursos eram múltiplos, mas a tônica era geralmente a mesma: romper com o passado atrasado e modernizar o Rio de Janeiro para que a capital espelhasse o nosso grau de civilização.

Muitas intervenções urbanísticas foram feitas, portanto, para dar vazão a este projeto. Estavam voltadas tanto para a reconfiguração do espaço urbano como para a remoção de populações, muitas delas moradoras de cortiços, que não faziam parte do modelo de cidade que se almejava naquele momento pela classe dominante. Um grande projeto, no entanto, foi capaz de unir esses dois aspectos: o arrasamento do Morro do Castelo. Habitado por populações desfavorecidas que iam de encontro ao projeto urbanístico civilizatório, o Castelo também ocupava uma grande área central da cidade que serviria para a reconfiguração de um novo espaço.

A ideia do arrasamento do Morro do Castelo não era nova. De fato, desde princípios do século XIX pensava-se em arrasar este morro para arejar a cidade (NONATO, 2000, p. 211-212). Ainda que alguns decretos tenham sido elaborados, foi apenas a partir do ano de 1904 que o terreno do Castelo de fato sofreu um primeiro corte para dar espaço à construção da Avenida Central (atual Rio Branco) (NONATO, 2000, p. 214-217). No entanto, o arrasamento de fato do morro só ocorreria alguns anos mais tarde, sob a administração de Carlos Sampaio:

Ao assumir a 19 de novembro de 1920 a administração do Distrito Federal, tratou o engenheiro e professor Carlos Sampaio de resolver vários problemas de engenharia ainda não estudados com afinco por seus antecessores, e entre eles o do arrasamento

* Mestre em história social pela UFF. Atualmente bolsista PCI do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI).

daquele morro, consoante com os pareceres dos mais ilustres profissionais e com a experiência própria adquirida desde 1890, quando obtivera concessão para o desmorte. (NORONHA SANTOS, F. A., *apud* NONATO, 2000, p. 212)

Se a cidade já vinha sofrendo intervenções urbanas importantes desde o início do século, o desmorte do Castelo nos anos 1920 representava um passo além nessa direção.

Assim:

O arrasamento do Morro do Castelo foi o símbolo maior da reforma urbana realizada por Carlos Sampaio, não só por ter sido em seu espaço a construção do local em que se realizou a *Exposição Universal*, mas também por representar o fim de um tipo de configuração da cidade. (SILVA, 2006, p. 62)

De fato, as comemorações previstas para a Exposição do Centenário da Independência em 1922 foram um argumento importante na decisão de arrasar o morro que apresentava uma grande área no centro da cidade. No entanto, mais do que o espaço que ele ocupava, o Morro do Castelo representava uma referência para a cidade:

Os moradores da cidade, independente da região em que viviam, viam o Castelo como a referência da cidade, e, mesmo levando-se em consideração que as classes dirigentes da cidade já não o habitavam, aquele espaço ainda propiciava uma mistura de usos e classes. (SILVA, 2006, p. 63)

Por ser um morro, o Castelo chamava atenção na paisagem da cidade. Ele podia ser visto pela área central da cidade, incluindo também a região portuária da mesma. Por causa deste último ponto, foi o Castelo o morro que abrigou por muitos anos o Observatório Nacional¹.

Inicialmente, o Imperial Observatório funcionou numa das torres da Escola Militar. No entanto, a partir de 1845, ele passa suas instalações para o prédio de uma antiga igreja jesuítica do Morro do Castelo considerando, entre outros, que “sua localização permitiria o fornecimento da hora exata para os navios fundeados nas águas da baía de Guanabara e para toda a cidade.” (VIDEIRA, 2007, p. 15). Apesar da vantagem que este local oferecia, o então diretor do Observatório, Soulier de Sauve, era contrário a esta transferência por dois motivos:

1° - porque (...) o observatório não teria a máxima imobilidade que lhe é necessária (...). 2° - porque, no Castelo, o observatório seria provisório, pois, segundo era corrente, havia projeto em arrasá-lo e, portanto, teria que ser abandonado, o que

¹ Chamado inicialmente de *Imperial Observatório do Rio de Janeiro*, teve seu nome alterado em 1890, um ano depois da proclamação da República, para *Observatório Astronômico do Rio de Janeiro* e, finalmente, ganhou o nome de *Observatório Nacional* a partir de 1909.

seria motivo de grandes despesas, razão esta, mui forte, para que não mais se pensasse no referido morro. (SAUVE, S. de, *apud* MORIZE, 1987, p. 48)

Percebemos, portanto, que já em meados do século XIX e antes mesmo da transferência do Observatório para o Castelo a possibilidade de derrubada deste morro já era evocada. Entretanto, ainda que contra a opinião do diretor, o Imperial Observatório de fato foi transferido para o aludido morro. E neste mesmo local permaneceu até fins do ano de 1920, época do arrasamento do Castelo (MORIZE, 1927, p. 39). No entanto, não poucas vezes foi solicitado ao Governo que o Observatório mudasse de local principalmente devido ao limitado espaço do prédio que ocupava e que não comportava os instrumentos científicos necessários às observações e medições, assim como às más condições do edifício que ia se deteriorando com o passar dos anos.

Em 1883, o então diretor do Observatório, Luiz Cruls, solicitava a transferência desta instituição:

Em benefício do desenvolvimento do observatório e no interesse também do movimento científico do país, pedia o Dr. Cruls a transferência do estabelecimento para um lugar mais espaçoso, com edifício próprio e edificado convenientemente, o que já era, aliás, o pensamento do Dr. Liais. (MORIZE, 1987, p. 94)

As razões deste pedido são enumeradas por Morize:

As razões apresentadas eram as mesmas, e se resumiam no seguinte: edifício impróprio, primitivamente destinado a ser uma igreja, sem o necessário espaço para a completa instalação dos instrumentos que se amontoavam, dando a ideia de um depósito e não de um lugar destinado a experiências, estudo ou observação. (MORIZE, 1987, p. 94)

No entanto, devido a falta de recursos o pedido de transferência não ganhava o apoio dos parlamentares. Fato este que leva Luiz Cruls a reiterar o seu pedido em 1885. Mesmo assim nada foi feito. No ano de 1893, durante a Revolta da Armada, “o morro do Castelo foi transformado em praça de guerra” e o edifício do observatório serviu como depósito de munições (MORIZE, 1987, p. 125). O edifício resistiu ao episódio, mas alguns anos depois “voltava à evidência o mau estado do edifício, a reclamar urgentes reparos, o que não era para admirar, pois desde 1894 não sofria pinturas nem consertos.” (MORIZE, 1987, p. 130).

Na década de 1910, no entanto, inicia um período de busca para o novo local onde o Observatório poderia ser instalado², já que a sua transferência necessitaria a construção de um novo edifício destinado a este fim. Cruls havia sugerido a fazenda Imperial de Santa Cruz para ser a nova sede do observatório (MORIZE, 1987). Esta também parecia ser a escolha de Henrique Morize, que assumiu a direção do Observatório em 1908. No entanto, devido às exigências governamentais que o novo Observatório não estivesse muito afastado da cidade, esta possibilidade foi descartada.

A escolha final para o novo local da instituição foi o Morro de São Januário, onde o Observatório Nacional está até os dias atuais³. Ainda que o início do processo tenha acontecido 10 anos antes do desmonte, o Morro do Castelo, como vimos, desde muito tempo já estava na mira daqueles que queriam modernizar a cidade. Razão pela qual podemos imaginar se, já em 1910, a ideia de arrasamento do morro não pode, de alguma forma, ter influenciado a decisão do governo de autorizar a transferência do Observatório para novo local.

2. *O fim de uma era: o Observatório vai para o Januário*

A escolha do novo local para o Observatório, como dissemos, a princípio não tinha o apoio do diretor da instituição. No entanto, é Morize mesmo que coloca, em 1927, que:

de todos os pontos estudados, foi o que apresentou [*o Morro de São Januário*] o maior número de coeficientes favoráveis, 43, superior ao da colina do Caju, 40, da Ilha do Governador, 36 e do Barro Vermelho, 33. (MORIZE, 1927, p. 146)

Dentre os elementos considerados para a escolha do novo local estava a “possibilidade de serem visíveis no porto os sinais feitos no Observatório” (MORIZE, 1927, p. 145). Os sinais emitidos pelo Observatório estavam vinculados a difusão da hora local para o porto do Rio de Janeiro. Este elemento era importante para os navios atracados no porto já que a hora local era um dado necessário ao cálculo posterior da longitude em alto-mar. Esta necessidade, como vimos, já havia orientado a escolha do Morro do Castelo para abrigar o Observatório

² O desmoroamento numa das janelas da biblioteca do Observatório em 1910 também acelerou esse processo. (MORIZE, 1987, p. 144-145)

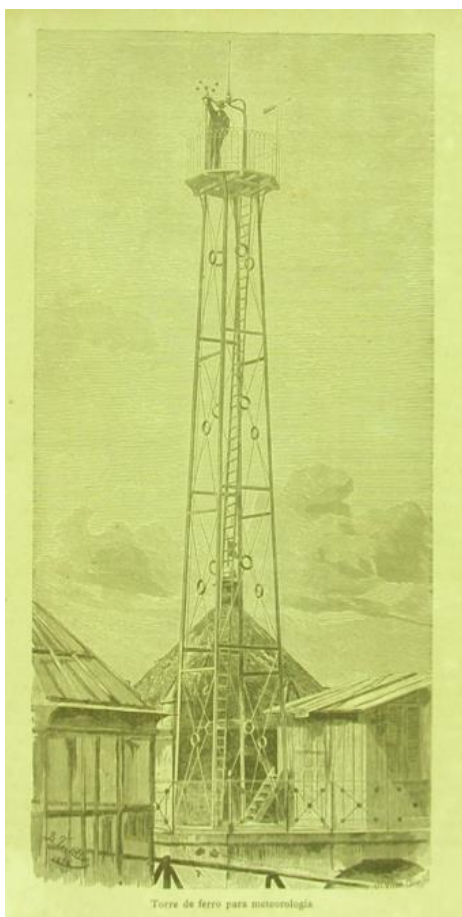
³ Atualmente o campus do Morro de São Januário comporta tanto o Observatório Nacional como o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

em meados do século XIX; e mais uma vez este elemento aparecia no século XX como um fator considerado na escolha do local que abrigaria a instituição.

Cabe salientar aqui a forma como eram feitos estes sinais. Isto porque este elemento horário parece ter sido importante não apenas à função que cumpria inicialmente (fornecer a hora local para os navios do porto), como também acabou marcando a paisagem da cidade cuja população via do alto do Morro do Castelo a indicação da hora local que chamavam de “hora do Castelo” (*A Noite*, 1911). Inicialmente, nos informa Morize, a hora local era indicada às 8 horas da manhã, mas em 1871 este serviço passou a ser fornecido ao meio-dia.

No ano de 1886, foi instalada no terraço do Observatório, onde já se encontravam outros instrumentos, uma torre metálica de origem alemã (*Revista do Observatório*, 1886, p. 101). Tendo 16 metros de altura ela era inicialmente destinada “às observações anemométricas e elétricas”, mas aproveitou-se sua estrutura para a instalação de “um sinal luminoso para fornecer com mais facilidade do que presentemente, o sinal da hora aos navios surtos do porto” (*Revista do Observatório*, 1886, p. 102). Este sinal era dado “às 8 horas da noite, com reflexo em uma imensa zona, além de que, por intermédio de um aparelho de obturação, o sinal da hora tornar-se-ia instantâneo. Foi um melhoramento importante.”

(MORIZE, 1987, p. 107).



Ao lado, uma gravura mostra a torre em 1886 quando foi instalada no terraço do Observatório, ainda sem o sinal luminoso da hora (*Revista do Observatório*, 1886, p. 103).

Dois anos mais tarde, novas mudanças foram feitas no sinal da hora que passou a ser feito de forma elétrica também ao meio-dia:

o antigo aparelho, dificilmente visível por se achar pouco acima do nível dos terraços do Observatório e de manobra defeituosa por ser efetuada ao sinal da voz do encarregado, estava substituído por um novo aparelho, em função desde 1º de janeiro, colocado muito acima dos terraços (16 metros) e manobrado por meio de um aparelho elétrico. (MORIZE, 1987, p. 111)

Como podemos ver, o novo aparelho que fornecia a hora fora instalado a 16 metros do terraço, ou seja, na torre metálica que ali se encontrava. De fato algumas imagens comprovam o quanto esta torre era visível de diversos pontos já que com seus 16 metros ela superava em altura a parte frontal da igreja dos Jesuítas na qual o Observatório estava instalado. É o que podemos observar na fotografia abaixo, sem autoria, que mostra o Largo do Castelo. A entrada do Observatório também aparece nela do lado esquerdo da fachada principal da igreja, embaixo de um frontispício triangular.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Igreja dos Jesuítas, s.d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital

[/div_iconografia/icon1397284/icon1397284.jpg](http://div_iconografia/icon1397284/icon1397284.jpg). Acesso em : janeiro de 2015.

Já nessa fotografia de Augusto Malta do Largo do Castelo, datada de 1921, vê-se outra vez a torre ao fundo, do lado esquerdo. A fotografia faz parte de uma série de fotos do Morro do Castelo, entre outras, feitas por Augusto Malta, por encomenda da prefeitura do Rio de

Janeiro⁴. Nessa série, o interesse era registrar a imagem de um morro importante da paisagem e da história da cidade que estava com seus dias contados. Interessante nesta imagem, o fato do fotógrafo ter captado o momento no qual alguém estava no topo da torre⁵. Isto nos dá uma indicação das dimensões da mesma. Além disso, a imagem nos remete a ilustração datada de



1886 que igualmente mostrava um homem no topo da torre.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Augusto Malta, Largo do Castelo, 1921. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402123/icon1402123.jpg. Acesso em: janeiro de 2015.

Finalmente, nesta terceira fotografia também de Augusto Malta, datada de 1922, podemos perceber a visão da torre da perspectiva de quem se encontrava fora do Morro do Castelo. A imagem mostra justamente a ladeira de acesso ao morro que foi preservada e que se encontra até hoje no centro da cidade, próxima a Santa Casa de Misericórdia. E na parte superior esquerda da imagem, vê-se um pedaço da torre do Castelo, atrás da torre do sino da igreja dos Jesuítas.

⁴ “Malta (...) foi convidado pelo Prefeito Francisco Pereira Passos para a função de fotógrafo oficial da Prefeitura, cargo até então inexistente na administração municipal. Com a dedicação ao trabalho, foi ganhando experiência, permanecendo no cargo de 1903 a 1936, ano de sua aposentadoria.”. ARAUJO, 2009, p. 4.

⁵ Isto pode ser verificado no site da Biblioteca Nacional Digital, onde esta imagem pode ser ampliada e os detalhes da fotografia podem, desta forma, ser observados com maior minúcia.



Imagem 4

Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Augusto Malta, Morro do Castelo, 1922. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402127/icon1402127.jpg Acesso em: janeiro de 2015.

O objetivo de apresentarmos estas fotografias é o de percebermos melhor a interação que existia entre alguns espaços de ciência da cidade, neste caso o Observatório, e o espaço urbano no qual ele estava inserido. Isto pode ser feito em dois níveis: o primeiro seria o de perceber a instituição no próprio espaço do Morro do Castelo e o segundo seria o de ver as interações entre este morro e a cidade, dando destaque à atuação do Observatório neste espaço.

O Observatório, enquanto um espaço onde se produzia ciência, também pode ser percebido, no caso do sinal da hora local, como um espaço que interagiu diariamente com a cidade. Neste sentido cabe fazer três observações. A primeira delas reflete a importância que era dada ao sinal da hora. Durante a Revolta da Armada, em 1893, ainda que o Morro do Castelo tivesse se transformado num campo de batalha,

o serviço da hora, com o sinal do meio-dia, dado no alto da torre de ferro do Nordeste, continuou ativo como em tempo normal, e foi efetuado pelo astrônomo Morize, que manteve o serviço até que havendo-se retirado os revoltosos em 13 de março [de 1893], o serviço normal recomeçou, mantido pelos funcionários habituais. (MORIZE, 1987, p. 125)

Portanto, mesmo em tempos de guerra, o sinal da hora era mantido. Sinal este, cabe lembrar, que se inicialmente estava destinado aos navios atracados no porto, contemplava toda a cidade pois a altura privilegiada da torre fazia com que o sinal emitido fosse visto de diversos pontos da cidade. Sendo assim era este um dos elementos que faziam parte daquela paisagem urbana.

A segunda observação, justamente, vai neste mesmo sentido já que o jornal *A Noite* publica em 1918 a reclamação de um leitor quanto à cor do balão do Observatório que, devido

a sua palidez, era dificilmente distinguido na paisagem. O balão do Observatório era o aparelho usado no topo da torre para indicar o meio-dia legal⁶. Aqui também fica evidente esta interação que existia entre o Observatório e o Morro do Castelo com a cidade. O sinal da hora não era utilizado apenas pelos navios e sim por toda a cidade que podia, diariamente, ajustar seus relógios de acordo com a hora dada por uma das instituições científicas da Capital.

Finalmente, cabe destacar que o término do serviço da hora local pelo balão da torre não se deu pelo arrasamento do Morro do Castelo. Se ainda nos anos 1910 acreditava-se que a transmissão do sinal horário era vital para os navios do porto do Rio de Janeiro, em 1920 este serviço fora suprimido devido à transmissão radiotelegráfica dos sinais que em uma década havia alcançado grande desenvolvimento. Desta forma, ainda que a torre metálica também tenha sido transferida para o Morro de São Januário, ela já chegara sem a sua função de transmissão dos sinais da hora.

Ainda assim, a coincidência de datas do fim da transmissão dos sinais pela torre e do arrasamento do Morro do Castelo nos mostram que um ciclo chegava ao fim para o Observatório e mesmo para o Rio de Janeiro. Um ciclo durante o qual o sinal da hora havia sido transmitido diariamente à cidade, inicialmente de forma manual e posteriormente, com o aprimoramento dos instrumentos, de forma elétrica e do alto da torre metálica, o que o tornara mais visível. Sendo assim, o sinal da torre marcava a paisagem do alto do Morro do Castelo que, por sua vez, também marcava a paisagem da cidade.

A partir de 1920, no entanto, tornaram-se estes elementos apenas uma lembrança. Do Morro do Castelo sobrou um pedaço de ladeira que leva a lugar nenhum. Do sinal da hora sobrou a torre metálica que ainda hoje permanece na área externa do campus do Museu de Astronomia e Ciências Afins e do Observatório Nacional, em São Januário, e continua mirando o horizonte da cidade mas esqueceu-se de contar o tempo.

Bibliografia

⁶ Vale lembrar que a hora local do Rio de Janeiro foi substituída pela hora legal do país a partir de 1914. Nesta data entrou em vigor a lei nº 2.784 que estabelecia a Hora Legal Brasileira com seus quatro fusos horários.

Fontes

A Noite, Rio de Janeiro, 1911; 1918.

Biblioteca Nacional Digital. Igreja dos Jesuítas, s.d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1397284/icon1397284.jp. Acesso em : janeiro de 2015.

Biblioteca Nacional Digital. Augusto Malta, Largo do Castelo, 1921. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402123/icon1402123.jp. Acesso em: janeiro de 2015.

Biblioteca Nacional Digital, Augusto Malta, Morro do Castelo, 1922. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402127/icon1402127.jp. Acesso em: janeiro de 2015.

Torre de ferro para meteorologia, *Revista do Observatório*, Rio de Janeiro, n° 7, julho de 1886.

Livros e artigos

ARAÚJO, Viviane da Silva, Cidades fotografadas: Rio de Janeiro e Buenos Aires sob as lentes de Augusto Malta e Harry Olds, 1900-1936, *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, pp. 1-15, 2009.

BARRETO, Luiz Muniz, *Observatório Nacional: 160 anos de história*, Academia brasileira de ciências, secretaria de ciência e tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. 400p.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz; *1890-1914: no tempo das certezas*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORIZE, Henrique, *Observatório Astronômico, um século de história (1827-1927)*, Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências afins : Salamandra, 1987.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Núbia Melhem, *Era uma vez o Morro do Castelo*, Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

OLIVEIRA, C., “A iconografia do moderno: a representação da vida urbana”, In: OLIVEIRA, C.; VELLOSO, P.; LINS, V., *O moderno em revista: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 111-261.

RODRIGUES, Teresinha de Jesus Alvarenga, *Observatório Nacional 185 anos: protagonista do desenvolvimento científico-tecnológico do Brasil*, Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2012.

SILVA, Lúcia, *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze: 1920/1945*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos, *História do Observatório Nacional: a persistente construção de uma identidade científica*, Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2007.